

Demonstrações contábeis consolidadas

31 de dezembro 2012



J.P.Morgan

Índice

Relatório dos auditores independentes	III
Balanço patrimonial consolidado	1
Demonstração consolidada do resultado	2
Demonstração consolidada das mutações do Patrimônio Líquido	4
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas	6

Banco J.P. Morgan S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a

Banco J.P. Morgan S.A.

avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 28 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Balanço patrimonial consolidado Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	31 de	31 de	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de	31 de
		dezembro	dezembro			dezembro	dezembro
		de 2012	de 2011			de 2012	de 2011
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.198.389	6.109.892	Passivos financeiros para negociação		1.473.535	1.533.524
Ativos financeiros para negociação		19.183.836	23.278.331	Instrumentos Financeiros Derivativos	4c	1.473.535	1.533.524
Instrumentos de dívida	4a	16.680.446	21.584.574	Passivos financeiros ao custo amortizado		28.552.937	26.184.414
Dados em garantia		3.463.978	4.417.575	Depósitos de clientes	9a	1.355.102	943.298
Demais instrumentos de dívida		13.216.468	17.166.999	Depósitos de instituições financeiras	9b	4.299.913	1.985.000
Instrumentos de patrimônio	4b	1.501.112	1.024.373	Empréstimo no exterior	10	17.022.305	16.509.511
Instrumentos financeiros derivativos	4c	1.002.278	669.384	Outros passivos financeiros	11	5.875.617	6.746.605
Ativos financeiros disponíveis para venda		281	252.940	Negociação e intermediação de valores		5.847.724	6.744.962
Instrumentos de dívida				Outros passivos financeiros		27.893	1.643
Dados em garantia	5a	-	252.659	Provisões	22a	1.589.743	1.413.379
Outros ativos financeiros disponíveis para venda		281	281	Passivos fiscais		244.670	110.636
Empréstimos e adiantamentos		2.202.544	1.128.056	Imposto de renda e contribuição social - Correntes		244.670	60.661
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6a	1.406.692	1.071.446	Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	-	49.975
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6b	735.936	28.872	Outros passivos	11	332.657	247.817
Recebíveis de câmbio	6c	59.916	27.738	Total do Passivo		32.193.542	29.489.770
Imobilizado	7	34.737	33.729	Patrimônio líquido	13	3.240.568	2.522.700
Intangível	8	28.327	5.620	Capital social		2.453.981	1.908.382
Ativos fiscais		566.815	441.614	Ações em tesouraria		(10)	(10)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		1.569	70.272	Reservas de capital		786.597	607.416
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	565.246	371.342	Outros resultados abrangentes		-	6.912
Outros ativos	11	1.219.181	762.288	Total do passivo e patrimônio líquido		35.434.110	32.012.470
Total do ativo		35.434.110	32.012.470				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2012	2011
Receitas com juros e similares	14a	2.504.028	2.224.117
Despesas com juros e similares	14b	<u>(523.827)</u>	<u>(424.955)</u>
Receita líquida com juros		<u>1.980.201</u>	<u>1.799.162</u>
Provisão para perda de crédito	6a	(32.924)	(13.504)
Receita líquida da provisão para perda de crédito		<u>1.947.277</u>	<u>1.785.658</u>
Receita de tarifas e comissões	15	295.553	191.586
Ganhos/(Perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	14c	(47.197)	727.436
Perdas com variação cambial	16	<u>(977.338)</u>	<u>(1.727.181)</u>
Total de receitas		<u>1.218.295</u>	<u>977.499</u>
Despesas tributárias	17	(85.458)	(124.531)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal	18	(447.198)	(374.200)
Outras despesas administrativas	19	(222.320)	(124.984)
Depreciação e amortização	7 e 8	(9.430)	(7.754)
Provisões		(1.063)	-
Outras despesas		<u>(95.527)</u>	<u>(64.537)</u>
Lucro operacional antes da tributação		<u>357.299</u>	<u>281.493</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	<u>(155.826)</u>	<u>(132.362)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>201.473</u>	<u>149.131</u>
Lucro por ação (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação - R\$			
Ações ordinárias		0,0036	0,0032
Ações preferenciais		0,0036	0,0032
Média ponderada das ações (em milhares) - básica e diluída			
Quantidade de ações ordinárias		52.307.735	32.067.949
Quantidade de ações preferenciais		1.833.040	1.123.768

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	201.473	149.131
Outros componentes do resultado abrangente		
Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda	6.912	12.584
Ganhos transferidos ao resultado por alienação dos ativos disponíveis para venda	<u>(6.912)</u>	<u>(12.266)</u>
	<u>-</u>	<u>318</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>201.473</u>	<u>149.449</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Reservas					Outros resultados abrangentes		Total	
	Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Contribuição de capital	Lucros acumulados	Disponível para venda		Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2010	765.432	24.939	119.705	485.289	26.082	-	6.594	(10)	1.428.031
Transações com acionistas									
Aumento de capital (Nota 13)	1.142.950	-	-	(220.000)	-	-	-	-	922.950
Plano baseado em ações (Nota 20 (b))	-	-	-	-	22.292	-	-	-	22.292
Total do Resultado Abrangente									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	149.131	-	-	149.131
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	-	318	-	318
Destinação do lucro líquido									
Reserva legal	-	-	5.522	-	-	(5.522)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	143.587	-	(143.609)	-	-	(22)
Em 31 de dezembro de 2011	1.908.382	24.939	125.227	408.876	48.374	-	6.912	(10)	2.522.700
Transações com acionistas									
Aumento de capital (Nota 13)	545.599	-	-	-	-	-	-	-	545.599
Plano baseado em ações (Nota 20 (b))	-	-	-	-	42.211	-	-	-	42.221
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 20 (b))	-	-	-	-	(64.503)	-	-	-	(64.503)
Total do Resultado Abrangente									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	201.473	-	-	201.473
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	-	(6.912)	-	(6.912)
Destinação do lucro líquido									
Reserva legal	-	-	(11.760)	-	-	(11.760)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	(183.713)	-	(189.713)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	2.453.981	24.939	136.987	598.589	26.082	-	-	(10)	3.240.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012	2011
Atividades operacionais		
Ajustes ao lucro	121.088	192.273
Lucro líquido	201.473	149.131
Ajuste ao lucro líquido		
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(8)	311
Depreciações do ativo imobilizado e intangível (Notas 7 e 8)	9.430	7.754
Ganho na alienação de investimento	-	(1.122)
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(243.879)	44.657
Despesa de pagamento baseado em ações (Nota 20(b))	42.211	22.292
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 20(b))	(64.503)	-
(Reversões)/Constituições de provisões	176.364	(29.750)
Aumento/(Redução) líquido nos ativos operacionais	<u>2.877.564</u>	<u>(13.289.245)</u>
Ativos financeiros para negociação	3.546.197	(12.868.486)
Ativos financeiros disponível para venda	252.659	208.025
Empréstimos e adiantamentos	(1.074.488)	(699.629)
Ativos fiscais correntes	68.703	(67.865)
Outros ativos	(479.437)	(111.169)
Juros recebidos	653.930	249.568
Aumento líquido nos passivos operacionais	<u>208.860</u>	<u>779.568</u>
Passivos financeiros para negociação	(59.989)	747.789
Passivos fiscais correntes	290.907	99.005
Outros passivos	84.840	70.470
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(106.898)	(137.696)
Caixa líquido (utilizado)/gerado em atividades operacionais	<u>3.207.512</u>	<u>(12.316.714)</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 7)	(8.309)	(16.416)
Aquisição de intangível	(25.092)	-
Alienações de intangível	117	-
Alienação de ativo imobilizado	139	-
(Ganho)/Perda na alienação de investimento	-	1.122
Caixa líquido utilizado de atividades de investimentos	<u>(33.145)</u>	<u>(15.294)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital (Nota 13)	545.599	922.950
Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado	2.393.696	17.540.061
Juros pagos	(25.173)	(19.540)
Dividendos pagos (Nota 13)	-	(14.996)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>2.914.122</u>	<u>18.428.475</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.088.489</u>	<u>6.096.467</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	6.109.892	13.736
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio	8	(311)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	12.198.389	6.109.892
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.088.489</u>	<u>6.096.467</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve transações não monetárias.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de suas ações ordinárias e preferenciais.

Integram o Consolidado Financeiro Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), o Banco e suas subsidiárias: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo: Atacama Multimercado Fundo de Investimento ("Consolidado").

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Políticas contábeis significativas

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 Base de preparação

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* ("IASC").

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas subsidiárias e de seu fundo exclusivo para o exercício findo em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

Entende-se por "subsidiárias" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior, quando o controle é exercido pelo Banco, como no caso de acordos com acionistas da investida.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Controle é o poder de definir as políticas contábeis e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As demonstrações contábeis das entidades sobre as quais o Banco exerce controle estão consolidadas.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco. O controle é adquirido quando o Banco passa a deter o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter os benefícios de suas atividades.

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativos

No processo de elaboração das demonstrações contábeis do Consolidado, a administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

(a) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Consolidado revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

A administração exerce seu julgamento para determinar se há evidência de indicativos de evento de perda para estipular o montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrado nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável.

O Consolidado revisa seus empréstimos e adiantamentos individualmente significativos a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado.

O julgamento da administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro impactando a determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, a administração faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 464 em 31 de dezembro de 2012.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. A valorização dos instrumentos financeiros está apresentada em mais detalhes na Nota 21.

O Consolidado reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações contábeis, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração.

(c) Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

(d) Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 22.

2.3 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

- Alteração do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com riscos remanescentes. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 12 – “Income Taxes” - em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- Alterações do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de “offsetting”. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações.
- IFRS 9 – “Financial Instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Consolidado. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.
- Alteração do IAS 19 – “Employee Benefits” – essa alteração não permite mais o uso do método do “corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do J.P. Morgan e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período (cotação de “compra” para ativos e de “venda” para passivos).

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente como "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros" sem distingui-las de outras variações no valor justo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

(c) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

(i) Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Instrumentos financeiros derivativos" são quaisquer instrumentos financeiros com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

(ii) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(iii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Nesse caso, são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os custos de transação são reconhecidos como despesa.

(iv) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- . Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado) - essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- . Ativos financeiros disponíveis para venda - essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não seriam subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "ajuste ao valor justo" no resultado abrangente, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou possui indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- . Empréstimos e adiantamentos - essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

(v) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- . "Caixa e equivalentes de caixa" - saldos de caixa, depósitos a vista no país e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.
- . "Empréstimos e adiantamentos" - incluem os empréstimos concedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Consolidado, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
 - . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos.
 - . "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- . "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- . "Outros Ativos" - referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes.

- "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo em favor do Consolidado dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

(vi) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado) - essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas *short*).
- Passivos financeiros ao custo amortizado - passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos na categoria anterior e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelo Consolidado.

(vii) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- "Empréstimo no exterior" - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.
- "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de "câmbio" pronto para moeda funcional da entidade, não liquidadas até a data de encerramento do exercício, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações de interdependências.
- "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo a pagar pelo Consolidado nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

(d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

(i) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e adiantamentos" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas. Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Consolidado ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações contábeis.

(ii) Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos, são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(iii) Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "para negociação" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

(iv) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, empréstimos e recebíveis não são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Consolidado, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Ativos e passivos nessa categoria estão classificados nas rubricas "Empréstimos e adiantamentos" e "Passivos financeiros ao custo amortizado".

(e) Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- . o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido;
- . o Consolidado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
 - . o Consolidado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
 - . o Consolidado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por um outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(f) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esse não é geralmente o caso em contratos master de *netting*, para os quais os ativos e passivos relacionados são apresentados segregados no balanço patrimonial.

(g) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como "para negociação" são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

(i) Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Consolidado avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- . o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- . ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- . o Consolidado faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Consolidado negociaria em situações normais;
- . alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária;
- . evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(h) Operações compromissadas

Compras/vendas de ativos financeiros com base em um contrato de revenda/recompra não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido/recebido, com base na natureza do devedor/credor, sob a rubrica "Caixa e equivalente a caixa" ou "Depósitos de instituições financeiras".

(i) Ativo imobilizado

O Ativo imobilizado inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

(j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subseqüentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por carteira de clientes e código fonte, sem vida útil definida e softwares adquiridos junto a fornecedores externos, amortizados linearmente com base em sua vida útil estimada.

(k) Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

(l) Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(l.1) Receita e despesa de juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

(l.2) Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita provenientes de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

(l.2.1) Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período.

Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

(l.2.2) Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

(m) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de dezembro de 2012 não havia nenhuma garantia cuja perda tenha sido considerada provável.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(n) Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

(o) Benefícios a funcionários

(o.1) Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

(o.2) Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Consolidado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, iniciado em 2012, o Consolidado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado (Nota 20(b)).

(p) Impostos

(p.1) Imposto corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

(p.2) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases tributárias de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- em situações em que o passivo tributário diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em que o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que essa não seja revertida em um futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

perdas tributárias não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados exceto:

- onde o ativo tributário diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, ativos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto corrente e imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

(q) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

(r) Dividendos e juros sobre capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nestas Demonstrações Contábeis.

(s) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – “Earnings per share”.

(t) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- . Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- . Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- . Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- . Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- . Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Disponibilidades	23.163	110.167
Créditos Vinculados ao BACEN - crédito rural	97.555	10
Aplicações em operações compromissadas	12.077.671	5.999.715
	<u>12.198.389</u>	<u>6.109.892</u>

4 Ativos financeiros mantidos para negociação

(a) Instrumentos de dívida

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Ganhos/ (perdas)</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>
Títulos do Governo Brasileiro	16.520.386	160.060	16.680.446	21.584.574

(b) Instrumentos de patrimônio

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Ganhos/ (perdas)</u>	<u>Valor mercado</u>	<u>Valor mercado</u>
Ações listadas em bolsa	1.496.566	(14.703)	1.481.863	987.305
Cotas de fundos de investimento	<u>19.249</u>	<u>-</u>	<u>19.249</u>	<u>37.068</u>
	<u>1.515.816</u>	<u>(14.703)</u>	<u>1.501.112</u>	<u>1.024.373</u>

(c) Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- Ações - cotação de fechamento divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
- Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- Futuros - cotações e taxas publicadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&FBOVESPA são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 3.463.978 (2011 – R\$ 2.368.263).

Abaixo, composição dos derivativos (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

			<u>Valor Justo</u>	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Ganhos / (Perdas) não realizados</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo	777.116	225.162	1.002.278	669.384
Operações de "swap"	277.491	256.575	534.066	338.111
Operações a termo	347.804	(34.164)	313.640	202.048
Operações com opções	152.121	(6.480)	145.641	101.027
Operações com futuros	-	-	-	6.581
Outros derivativos	(300)	9.231	8.931	21.617
Passivo	1.274.289	199.246	1.473.535	1.556.423
Operações de "swap"	751.973	231.454	983.427	456.123
Operações a termo	226.214	(13.932)	212.282	135.592
Operações com opções	292.705	(28.207)	264.498	871.166
Operações com futuros	-	-	-	67.385
Outros derivativos	3.397	9.931	13.328	26.157

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2012	2011
Ativo	303.413	132.881	90.229	475.755	1.002.278	669.384
Operações de “swap”	13.570	2.095	78.915	439.486	534.066	338.111
Operações a termo	213.465	54.132	9.774	36.269	313.640	101.027
Operações com opções	73.252	70.849	1.540	-	145.641	202.048
Operações de Futuros	-	-	-	-	-	6.581
Outros derivativos	3.126	5.805	-	-	8.931	21.617
Passivo	233.196	567.046	389.578	283.715	1.473.535	1.533.524
Operações de “swap”	8.561	310.912	382.889	281.065	983.427	456.123
Operações a termo	189.210	13.733	6.689	2.650	212.282	135.592
Operações com opções	29.431	235.067	-	-	264.498	871.166
Operações de futuros	-	-	-	-	-	67.385
Outros derivativos	5.994	7.334	-	-	13.328	3.258

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2012	2011
Operações de <i>swap</i>	135.714	657.750	2.550.136	4.232.372	7.575.972	8.358.714
Operações com opções - compra	2.272.212	30.667.009	1.825.854	1.498.964	36.264.039	4.425.436
Operações com opções - venda	2.703.973	11.367.817	2.518.134	2.981.480	19.571.404	5.687.299
Operações a termo - compra	1.585.227	787.258	182.939	579.650	3.135.074	2.657.320
Operações a termo - venda	1.013.372	1.058.362	153.225	638.452	2.863.411	1.301.752
Outros derivativos - compra	77.000	349.180	-	-	426.180	359.028
Outros derivativos - venda	2.689	829	-	-	3.517	-

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados, durante o exercício de 2012, na carteira de derivativos:

	2012		2011	
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados
Swap	(333.508)	25.121	1.700.301	(1.580.769)
Termo	969.460	(20.232)	78.082	(77.696)
Futuros	(302.544)	-	(241.742)	-
Opções	(190.366)	21.727	242.640	(31.162)
Outros	(20.103)	(700)	(47.573)	18.839

5 Ativos financeiros disponíveis para venda

(a) Instrumentos de dívida

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados na tabela a seguir:

	Custo/custo amortizado	Resultados não realizados ganhos/perdas	2012	2011
			Valor justo	Valor justo
Títulos do Governo Brasileiro	-	-	-	252.659

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados:

	2012		2011	
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados
Títulos do governo brasileiro	29.574	-	12.266	2.559

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

6 Empréstimos e adiantamentos

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 420.091 (2011: R\$ 172.292), sendo toda ela contra o setor privado não havendo operações contra o governo.

Os adiantamentos sobre contrato de câmbio (ACC) totalizam R\$ 963.122 (2011: R\$ 896.839) e outros adiantamentos no montante de R\$ 23.479 (2011: R\$ 2.315).

Situação do risco de crédito da carteira:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo da carteira	1.406.692	1.071.446
Valores em dia	1.386.130	1.008.470
Valores não em dia	20.562	62.976

Situação de vencimento da carteira:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Carteira de crédito		
Operações vencidas	20.562	-
Vencimentos em até um ano	240.686	172.292
Vencimentos após um ano	158.843	-
Carteira de Câmbio e outros adiantamentos		
Vencimentos em até um ano	882.418	899.154
Vencimentos após um ano	104.183	-

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis conforme tabela abaixo:

Evolução da provisão para empréstimos e adiantamento a clientes de liquidação duvidosa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	13.504	-
Constituição de provisão	32.924	13.504
Saldo final	46.428	13.504
Créditos recuperados	-	-

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos e adiantamentos a IF	2.012	2.020
Aplicações em moedas estrangeiras	653.975	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	79.949	26.852

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, não foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis.

(c) Carteira de câmbio

A carteira de câmbio é composta de posição comprada no montante de R\$ 32.295 (2011: R\$ 28.921) e posição vendida, de R\$ 27.621 (2011 R\$ -1.183), totalizando um saldo positivo em 2012 de R\$ 59.916 sendo classificada no ativo em Empréstimos e adiantamentos.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado

7 Ativo imobilizado

	Saldo inicial - 2012			Movimentação - 2012			Saldo final - 2012			
	Custo	Depreciação	Total	Adições	Baixas	Depreciação	Outros	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	3.404	(394)	3.010	50	(3.010)	-	(50)	394	(394)	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10.541	(2.079)	8.462	709	-	(1.138)	3.060	14.310	(3.217)	11.093
Sistema de processamento de dados	28.205	(14.446)	13.759	4.704	-	(4.833)	-	32.909	(19.279)	13.630
Outros	11.622	(3.124)	8.498	2.846	(138)	(1.192)	-	14.330	(4.316)	10.014
	<u>53.772</u>	<u>(20.043)</u>	<u>33.729</u>	<u>8.309</u>	<u>(3.148)</u>	<u>(7.163)</u>	<u>3.010</u>	<u>61.943</u>	<u>(27.206)</u>	<u>34.737</u>
	Saldo inicial - 2011			Movimentação - 2011			Saldo final - 2011			
	Custo	Depreciação	Total	Adições	Baixas	Depreciação	Outros	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	3.216	(394)	2.822	188	-	-	-	3.404	(394)	3.010
Instalações, móveis e equipamentos de uso	4.591	(1.379)	3.212	5.950	-	(700)	-	10.541	(2.079)	8.462
Sistema de processamento de dados	21.153	(10.670)	10.483	7.052	-	(3.776)	-	28.205	(14.446)	13.759
Outros	8.396	(2.160)	6.236	3.226	-	(964)	-	11.622	(3.124)	8.498
	<u>37.356</u>	<u>(14.603)</u>	<u>22.753</u>	<u>16.416</u>	<u>-</u>	<u>(5.440)</u>	<u>-</u>	<u>53.772</u>	<u>(20.043)</u>	<u>33.729</u>

(*) A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10%; e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%.

Na aquisição dos ativos imobilizados o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado

8 Ativo intangível

	<u>Saldo inicial - 2012</u>			<u>Movimentação - 2012</u>				<u>Saldo Final - 2012</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Outros</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>
Gastos com aquisição e desenvolvimento de software	12.199	(6.579)	5.620	-	-	(2.267)	(118)	12.081	(8.846)	3.235
Carteira de clientes	-	-	-	22.592	-	-	-	22.592	-	22.592
Código fonte	-	-	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
Outros	348	(348)	-	-	-	-	-	348	(348)	-
	<u>12.547</u>	<u>(6.927)</u>	<u>5.620</u>	<u>25.092</u>	<u>-</u>	<u>(2.267)</u>	<u>(118)</u>	<u>37.522</u>	<u>(9.195)</u>	<u>28.327</u>
	<u>Saldo inicial - 2011</u>			<u>Movimentação - 2011</u>				<u>Saldo Final - 2011</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Outros</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>
Gastos com aquisição e desenvolvimento de software	12.199	(4.295)	7.904	-	-	(2.284)	-	12.199	(6.579)	5.620
Outros	348	(318)	30	-	-	(30)	-	348	(348)	-
	<u>12.547</u>	<u>(4.613)</u>	<u>7.934</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.314)</u>	<u>-</u>	<u>12.547</u>	<u>(6.927)</u>	<u>5.620</u>

Em 2012, o diferido está representado, principalmente, pela aquisição de carteira de clientes e código fonte sem vida útil definida.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado

9 Passivos financeiros ao custo amortizado

(a) Depósitos de clientes

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos remunerados	736.523	453.547	1.190.070	781.245
Depósitos a prazo	736.523	453.547	1.190.070	781.245
Depósitos não remunerados	165.032	-	165.032	162.053
Depósitos à vista	165.032	-	165.032	162.053
	<u>901.555</u>	<u>453.547</u>	<u>1.355.102</u>	<u>943.298</u>

(b) Depósitos de instituições financeiras

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos remunerados				
Depósitos interfinanceiros	1.004.507	88.560	1.093.067	94.562
Operações compromissadas	3.206.846	-	3.206.846	1.890.438
	<u>4.211.353</u>	<u>88.560</u>	<u>4.299.913</u>	<u>1.985.000</u>

10 Empréstimo no exterior

São representados por, recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, conforme abaixo:

	<u>2012</u>	<u>Juros</u>	<u>2011</u>	<u>Juros</u>
Empréstimos no exterior				
Vencimentos em até um ano	11.911.704	0,06% à 2,01%	516.876	0,35% à 0,97%
Vencimentos após um ano	5.110.601	0,23% à 0,38%	15.992.635	0,08% à 0,40%
	<u>17.022.305</u>		<u>16.509.511</u>	

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

11 Outros ativos e passivos

	<u>2012</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>2011</u>
Outros ativos	1.219.181	48.645	1.170.536	762.288
Devedores por depósito em garantia (Nota 22(a))	1.170.536	-	1.170.536	712.138
Rendas a receber	41.606	41.606	-	44.557
Devedores diversos no País	3.889	3.889	-	3.249
Diversos	3.150	3.150	-	2.344
Outros passivos financeiros	5.875.617	5.853.338	-	6.746.605
Relações de interdependências	5.614	5.614	-	1.643
Negociação e intermediação de valores	5.847.724	5.847.724	-	6.744.962
Diversos	22.279	22.279	-	-
Outros passivos	332.657	332.657	-	247.817
Sociais e estatutárias	56.327	56.327	-	62.699
Provisão para pagamentos	249.604	249.604	-	181.361
Diversos	26.726	26.726	-	3.757

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais	167.617	137.122
Contingências cíveis	148.880	135.858
Contingências trabalhistas	36.788	17.787
Provisão para devedores duvidosos	16.455	11.745
Provisão para participação nos lucros	45.946	44.073
Provisão para honorários advocatícios	4.440	3.791
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	109.266	7.054
Outros	35.854	13.912
Total de créditos tributários - ativo	<u>565.246</u>	<u>371.342</u>
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	-	(4.608)

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

IR e CSLL sobre Ajustes de IFRS	-	(45.367)
IR e CSLL (passivo)	-	(49.975)

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 317.205 (2011: R\$ 41.383), tendo sido realizado R\$ 123.301 (2011: R\$ 47.022) sobre diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 398.100 (2011: R\$ 220.452).

O valor de créditos tributários no montante de R\$ 36.565 (2011: R\$ 36.565) sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social não foi ativado pois a Administração não tem expectativa futura de realizar esse valor, não estimando poder utilizá-lo.

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social – deduzindo a participação nos lucros	344.014	271.201
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes (25% de IR e 15% de CSLL)	(137.606)	(108.481)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(22.123)	(13.825)
Recuperação de depósitos judiciais	-	1.051
CSLL ajustada	-	(4)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	3.903	(11.103)
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	18.220	(23.881)
IR e CSLL no exercício	(155.826)	(132.362)

13 Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 56.625.110 (2011: 46.687.768) ações nominativas, sendo 54.707.958 (2011: 45.107.064) ordinárias e 1.917.152 (2011: 1.580.704) preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Em atendimento à Resolução nº 3.605 do CMN, a Administração decidiu pela destinação do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva de Lucros – Estatutária, após a constituição de reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 220.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo BACEN em 28 de agosto de 2011.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2011, foi aprovado o aumento do capital em espécie no montante de R\$ 922.950, mediante a subscrição de 17.385.487 novas ações ordinárias nominativas, e 609.248 novas ações preferenciais nominativas, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 51,29 cada ação, aprovado pelo BACEN em 7 de outubro de 2011.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 09 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital em espécie no montante de R\$ 542.709, mediante a subscrição de 9.548.981 novas ações ordinárias nominativas, e 334.629 novas ações preferenciais nominativas, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 54,91 cada ação, aprovado pelo BACEN em 13 de abril de 2012.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 2.890, referente ao valor correspondente à conta de Dividendos e Bonificações a pagar de TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), mediante a subscrição de 51.913 novas ações ordinárias nominativas, e 1.819 novas ações preferenciais nominativas, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 53,78 cada ação, passando assim o capital social para R\$ 2.453.981, aprovado pelo BACEN em 24 de julho de 2012.

Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Diretoria realizada em 28 de dezembro de 2012, com a participação de representante dos acionistas.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado

14 Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.130	1.450
Aplicação em mercado aberto	1.239.611	763.840
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.170.507	1.339.301
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	50.799
Operações de crédito	60.923	54.722
Outros ativos financeiros	<u>28.857</u>	<u>14.005</u>
	<u>2.504.028</u>	<u>2.224.117</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativos/passivos financeiros mantidos para negociação	(213.564)	(156.656)
Depósitos	(95.009)	(54.836)
Despesas de operações compromissadas	(214.022)	(204.075)
Outros passivos financeiros	<u>(1.232)</u>	<u>(9.388)</u>
	<u>(523.827)</u>	<u>(424.955)</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos	429.529	1.665.889
MtM de ativos e passivos financeiros - negociação	<u>(476.726)</u>	<u>(938.453)</u>
	<u>(47.197)</u>	<u>727.436</u>

15 Receita de tarifas e comissões

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas com comissões de colocações de títulos	17.195	12.458
Receita de Administração de Fundos	40.840	30.692
Receita de serviços de assessoria e consultoria técnica	5.868	70.666
Receita de serviços - exterior	150.792	1.418
Rendas de corretagem BM&F e BOVESPA	80.557	76.352
Outras Receitas	<u>301</u>	<u>-</u>
	<u>295.553</u>	<u>191.586</u>

16 Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando em 2012 um saldo devedor de R\$ -977.338 (2011: R\$ -1.727.181).

17 Despesas tributárias

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	<u>(85.458)</u>	<u>(124.531)</u>
	<u>(85.458)</u>	<u>(124.531)</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

18 Despesas com pessoal

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração direta	(296.064)	(251.911)
Encargos	(102.858)	(83.641)
Remuneração baseada em ações (Nota 20(b))	(22.908)	(22.312)
Benefícios	(24.073)	(15.639)
Outras despesas de pessoal	(1.295)	(697)
	<u>(447.198)</u>	<u>(374.200)</u>

19 Outras despesas administrativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(37.188)	(34.263)
Despesas com serviços de terceiros	(27.927)	(21.194)
Despesas com viagens	(16.248)	(14.011)
Despesas com sistemas e tecnologias	(14.606)	(11.183)
Outros	(126.351)	(44.333)
	<u>(222.320)</u>	<u>(124.984)</u>

20 Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Consolidado contribuiu com R\$ 10.788 (2011: R\$ 6.235) para o fundo.

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas em bolsa) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O montante que transitou no Patrimônio Líquido em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R\$ 42.211 (Nota 3 (i)).

O valor contabilizado em 2012 foi de R\$ 81.196 (31/12/2011: R\$ 27.962) incluindo encargos sociais, representado por 721.283 mil ações (31/12/2011: 15.846 mil ações).

Nos exercícios de 2012 e 2011 não houve reversão do resultado apropriado.

21 Técnicas de avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os métodos de avaliação adotados pelo Consolidado para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são descritos a seguir.

Quando não há disponível preços cotados em mercado, calcula-se os valores justos com base em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - as informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Nível 1 - títulos e valores mobiliários de alta liquidez que possuam suas cotações em um mercado ativo são classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Títulos do Governo Brasileiro e as ações negociadas em bolsa foram alocados nesse nível.

Nível 2: nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por cotas de fundos de investimentos.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Nível 1 - os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2 - o valor justo dos derivativos não negociados em bolsas de valores foi estimado através de técnicas como o Black&Scholes, ou modelos de fluxo de caixa descontados também praticados pelo mercado financeiro. Os derivativos considerados no nível 2 da hierarquia foram *swaps*, opções e termos de moeda, uma vez que seus modelos não apresentam alto nível de subjetividade, que não exigem grandes decisões, e suas informações (cotações dos ativos subjacentes) estão disponíveis nos mercados.

Nível 3 - os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total 2012</u>
Ativos financeiros para negociação	<u>18.162.309</u>	<u>19.249</u>	-	<u>18.181.558</u>
Títulos públicos federais	16.680.446	-	-	16.680.446
Cotas de fundos	-	19.249	-	19.249
Ações	<u>1.481.863</u>	-	-	<u>1.481.863</u>
Instrumentos financeiros derivativos	-	<u>962.127</u>	<u>40.151</u>	<u>1.002.278</u>
Operações de <i>swap</i>	-	493.915	40.151	534.066
Termo	-	313.640	-	313.640
Opções	-	145.641	-	145.641
Outros derivativos	-	<u>8.931</u>	-	<u>8.931</u>

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Passivos financeiros para negociação

Instrumentos financeiros derivativos	-	1.473.535	-	1.473.535
Operações de <i>swap</i>	-	983.427	-	983.427
Operações a termo	-	212.282	-	212.282
Opções	-	264.498	-	264.498
Outros derivativos	-	13.328	-	13.328

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2011
Ativos financeiros para negociação	22.571.878	37.068	-	22.608.946
Títulos públicos federais	21.584.574	-	-	21.584.574
Cotas de fundos	-	37.068	-	37.068
Ações	987.304	-	-	987.304
Instrumentos financeiros derivativos	6.581	642.241	20.562	669.384
Operações de <i>swap</i>	-	317.549	20.562	338.111
Termo	-	202.048	-	202.048
Opções	-	101.027	-	101.027
Futuros	6.581	-	-	6.581
Outros derivativos	-	21.617	-	21.617
Ativos financeiros disponíveis para venda	252.659	-	-	252.659
Títulos públicos federais	252.659	-	-	252.59

Passivos financeiros para negociação

Instrumentos financeiros derivativos	67.385	1.465.931	208	1.533.524
Operações de <i>swap</i>	-	455.915	208	456.123
Operações a termo	-	135.592	-	135.592
Opções	-	871.166	-	871.166
Futuros	67.385	-	-	67.385
Outros derivativos	-	3.258	-	3.258

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Movimentação das operações Nível 3:
(Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

Saldo inicial em 31/12/2011	20.354
Baixas	(1.638)
Novas contratações	8.574
Resultado das operações em aberto	<u>12.861</u>
Saldo final em 31/12/2012	40.151
Saldo inicial em 31/12/2010	478
Baixas	(2.820)
Novas contratações	17.583
Resultado das operações em aberto	<u>5.113</u>
Saldo final em 31/12/2011	20.354

22 Contingências e outros compromissos

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	2012		2011	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes	1.125.149	1.184.661	662.130	1.037.831
Cíveis	20.665	363.037	20.342	330.843
Trabalhistas	24.469	41.793	29.430	44.468
Outros	<u>253</u>	<u>252</u>	<u>236</u>	<u>236</u>
	<u>1.170.536</u>	<u>1.589.743</u>	<u>712.138</u>	<u>1.413.379</u>

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-base demonstradas acima.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias				
	Obrigações legais e outros passivos contingentes				
		Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total 2012
Saldo inicial	1.037.831	330.843	44.468	237	1.413.379
Despesas financeiras - juros	48.805	31.237	2.833	16	82.891
Constituições	101.904	957	6.344	-	109.205
Reversões	(3.768)	-	(2.819)	-	(6.587)
Pagamentos	(111)	-	(9.034)	-	(9.145)
	<u>1.184.661</u>	<u>363.037</u>	<u>41.792</u>	<u>253</u>	<u>1.589.743</u>

	Fiscais e previdenciárias				
	Obrigações legais e outros passivos contingentes				
		Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total 2011
Saldo inicial	1.086.316	297.335	59.260	218	1.443.129
Despesas financeiras - juros	65.266	36.014	3.017	19	104.316
Antecipações - Anistia	774	-	-	-	774
Constituições	51.604	1.880	5.912	-	59.336
Baixa contra Dep. Judiciais	(195)	-	-	-	(195)
Reversões	(65.776)	(1.587)	(8.867)	-	(76.230)
Pagamentos	(100.158)	(2.799)	(14.854)	-	(117.811)
	<u>1.037.831</u>	<u>330.843</u>	<u>44.468</u>	<u>237</u>	<u>1.413.379</u>

Em decorrência do processo de Anistia instituído pela Lei no. 11.941/2009, a instituição revisou seus processos no segundo semestre de 2009, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Os processos objetos da Anistia foram pagos nos termos dessa Lei por ocasião da consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil em setembro de 2011. Em 2011, o valor baixado de provisão foi de R\$ 126.774, sendo que o valor total pago dos débitos foi de R\$ 99.559, os valores antecipados foram de R\$ 3.102 e o valor revertido contra resultado foi de R\$ 24.113.

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

O consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedução dos tributos com exigibilidade suspensa (principal e juros) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 66.150 (2011: R\$ 64.058); (ii) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 114.238 (2011: R\$ 106.739), (iii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 92.219 (2011: R\$ 88.800), (iv) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 72.225 (2011: R\$ 68.067), (v) multas e encargos relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS no valor total de R\$ 181.051 (2011: R\$ 176.327), (vi) outros casos que totalizam R\$ 3.346 (2011: R\$ 3.208).

Adicionalmente, há provisão sobre litígio de contribuições previdenciárias, cujo risco de perda foi classificado como provável no valor de R\$ 19.392 (2011: R\$ 19.392).

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 24.019 (2011: R\$ 28.485).

(a.6) Ações cíveis

O Consolidado também foi acionado judicialmente em ações cíveis, incluindo aquelas que são parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo Governo Brasileiro. Adicionalmente, em anos anteriores, foi constituída provisão referente à discussão sobre penas de multas pecuniárias aplicadas à esta instituição. O montante provisionado representa a avaliação da administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 5.561 (2011: R\$ 7.445).

23 Capital

(a) Regulatório

O Conglomerado Financeiro apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia II de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de Basileia do Consolidado era de 16,5% (2011: 15,8%) (inclui RBAN), conforme demonstrado abaixo.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Cálculo do índice de Basileia

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(a) PEPR - parcela das exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco	710.259	921.448
(b) PCAM - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial	137.050	146.797
(c) PJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	1.275.386	597.549
(d) PCOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	12.806	2.817
(e) PACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	55.588	83.242
(f) POPR - parcela referente ao risco operacional	115.818	91.692
(g) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	24.507	31.486
(h) Patrimônio de Referência Exigido (a+b+c+d+e+f+g)	2.331.414	1.875.030
(i) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	<u>3.493.498</u>	<u>2.693.663</u>
Margem (i-h)	<u>1.162.084</u>	<u>818.633</u>
Índice da Basileia = (i) * 11%/(h)	<u>16,5%</u>	<u>15,8%</u>

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Financeiro do BRGAAP.

(b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

24 Partes relacionadas

(a) Transações com entidades do Grupo

	2012		2011	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	52.794	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	-	-	2.584	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	-	-	50.210	-
Aplicações em moeda estrangeira	653.737	119	-	(10.578)
J.P. Morgan Securities LLC	653.737	119	-	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	-	-	-	(10.578)
Serviços prestados a receber	4.443	127.122	3.457	67.842
JPMorgan Asset Management (Europe) S.à r.l.	114	2.408	304	3.287
JPMorgan Chase Bank, National Association	204	23.778	-	12.786
J.P. Morgan Limited	-	229	2.696	4.051
J.P. Morgan Securities LLC	4.033	64.186	457	33.907
JP Morgan Overseas CAP CORP.	82	15.198	-	10.451
JPM Securities Japan Co Ltd.	-	4.099	-	-
JP Morgan Whitefriars INC	10	7.971	-	43
JP Morgan Whitefriars INC- Branch London	-	1.671	-	19
JP Morgan Europe Ltd	-	-	-	201
Vastera do Brasil LTDA	-	7.582	-	69
JPMorgan Chase & CO.	-	-	-	584
Depósitos	(1.094.798)	(20.088)	(84.177)	(8.498)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças LTDA	(7)	-	(225)	-
HCM PARTICIPACOES BRASIL LTDA	(1.379)	-	(2.097)	-
J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio	(151)	-	(34)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	(28)	-	(33)	-
Norchen Holdings e Negocios S.A.	(44)	-	(64)	-
Norchen Participações e Consultoria S.A.	(67)	-	(21)	-
J.P.Morgan Administradora de Carteiras Limitada	(55)	-	(4)	-
JPMorgan Chase Bank	(1.093.067)	(20.088)	(81.699)	(8.498)
Obrigações por operações compromissadas	(2.229.769)	(126.880)	(1.675.911)	(176.486)
JPMorgan Chase Bank	(258.578)	(24.034)	(131.771)	(13.545)
JP Morgan Overseas CAP CORP.	(1.971.191)	(102.846)	(1.544.140)	(162.941)
Instrumentos financeiros derivativos	102.926	7.669.217	(51.757)	199.706
JPMorgan Chase Bank, National Association	2.357	1.355	1.763	(15.951)

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

JP Morgan Overseas CAP CORP.	100.569	7.667.862	(53.520)	215.657
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(16.984.580)	(61.562)	(16.620.265)	(31.997)
JP Morgan Chase Bank London - GMI	(658.769)	(49.771)	(13.785.905)	(23.336)
J.P. Morgan Securities LLC	(13.763.636)	(5.185)	(2.834.360)	(80)
JP Morgan Whitefriars INC- Branch London	(2.562.175)	(6.606)	-	(8.581)
Negociação e intermediação de valores	(379)	(2.041)	1.121	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	-	(2)	-	-
JP Morgan Whitefriars Inc	-	81	-	-
JP Morgan Overseas Cap Corp	-	(5.621)	-	-
J.P. Morgan Securities Ltd	(379)	3.501	1.085	-
JPMorgan Chase & CO.	-	-	36	-
Outras obrigações - dividendos a pagar	-	-	(2.890)	-
JP Morgan International Finance LTD	-	-	(2.890)	-
Despesa de pessoal	(58.668)	(30.295)	(22.410)	(22.410)
JPMorgan Chase & CO.	(58.668)	(30.295)	(22.410)	(22.410)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e encargos	17.719	14.292
Participação nos lucros e gratificações	25.203	28.762
Encargos sobre gratificações	8.593	8.678
Planos de aposentadoria e pensão	1.080	796
Outros benefícios	709	544

25 Gerenciamento de riscos financeiros

O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do conglomerado.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pelas instituições financeiras que compõem o conglomerado financeiro J.P.Morgan. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O estabelecimento de funções separadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de risco.

Principais funções da Unidade de Administração de Risco de Mercado:

- a. Identificar, medir, controlar e analisar os riscos de mercado, assegurando que os riscos assumidos estejam de acordo com os limites de risco de mercado estabelecidos pela Administração do conglomerado J.P.Morgan.
- b. Consolidar as posições de risco de todo o conglomerado J.P.Morgan sujeitas aos riscos de mercado;
- c. Analisar as propostas de limites de risco de mercado e apresentar sua recomendação à Diretoria; e
- d. Conhecer, analisar, controlar e reportar, de forma continuada, a situação, evolução e tendências das posições de risco de mercado e dos resultados.

O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR), que mede diariamente a pior perda esperada ao longo de um horizonte de tempo determinado, sob condições normais de mercado, dentro de um determinado nível de confiança. É um número único que resume a exposição ao risco de mercado. Esta abordagem assume que as alterações nos valores de mercado do passado podem representar mudanças futuras. É importante notar que todos os modelos estatísticos envolvem certo grau de incerteza.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto, evitando assim exposição excessiva que não seria adequadamente capturada pelo VaR em momentos de baixa volatilidade do mercado. As principais medidas não estatísticas apuradas diariamente são: Valor de mercado; *Basis Point Value* - BPVs (variação do preço de um dado instrumento financeiro se a taxa de juros variar um ponto-base); *Delta* (sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente); *Gamma* (sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente); *Vega* (sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita); *Rho* (equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juros); e *Theta* (sensibilidade de primeira ordem em relação à passagem do tempo).

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, mede a exposição a movimentos de mercado remotos, mas plausíveis. Os testes de estresse aumentam a compreensão do perfil de risco e de perda potencial, sendo úteis para monitoramento dos limites e consolidação dos portfólios. Os testes de estresse procuram identificar a perda potencial das posições atuais, levando em conta, cenários extremos, reais e hipotéticos,. Todos os cenários são definidos no nível corporativo e . são construídos para avaliar o impacto de grandes movimentos de um conjunto de fatores de risco (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*) e sendo revisados periodicamente pela área de Risco de Mercado em Nova Iorque (conforme Política Corporativa de Teste de Estresse).

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pelo Diretor de Riscos e pelos Diretores das Unidades de Negócios levando em conta o montante do patrimônio líquido do conglomerado J.P.Morgan no Brasil. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, estresse e de sensibilidades.

Seguem dados quantitativos do Conglomerado financeiro e fundo Atacama:

VaR Conglomerado J.P.Morgan – (R\$ mil)

Fator de Risco	VaR	
	Dec-11	Dec-12
Moeda estrangeira	2.928	3.226
Taxa de Juros	10.596	5.055
Renda variável	5.335	3.660
Efeito Diversificação	(6.882)	(5.327)
Total	11.977	6.614

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Relatório de risco de mercado - exposição (R\$ mil)

Fator de Risco		2012	2011
Basis point value	Juros Pré	135	277
	Inflação	(234)	(96)
	Taxa de juros	18	26
	USD	79	9
	USD - On	(105)	57
	Outros	7	3
	CSP	(809)	(1.303)
FX Delta	BRLUSD	(293.317)	214.270
	EURBRL	38.172	(96.218)
	JPYBRL	(34.893)	3.710
	GBP BRL	31.704	8.868
Ações	Delta	(71.361)	32.291

Resultado dos Testes de Stress –(R\$ mil)

Cenário	Stress	
	2012	2011
EM SellOff	(245.022)	77.992
Equity Collapse	(122.622)	55.813
Credit Crisis	(111.297)	80.216
Gen Recovery	43.209	(23.115)

Cenários:

- Credit Crisis é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- Equity Collapse é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- Emerging Markets é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- General Recovery: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.

(b) Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Em 13 de dezembro de 2012, a gestão de Risco Operacional passou a ser de responsabilidade do Senior Financial Officer (SFO), com alteração feita através do sistema UNICAD, do Banco Central do Brasil.

A estrutura estabelecida tem como objetivo identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem o comitê de novos produtos, a formalização dos eventos incorridos, a autoavaliação de controles e os indicadores chave de processo. Esses processos de avaliação e controle do risco operacional estão inseridos na governança local do JPM, tendo como principais fóruns o Comitê de Controles (BCC OC) e o Comitê de Auditoria, que visam assegurar a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração. O processo de controle foi desenvolvido de forma a atender os requerimentos do Banco Central do Brasil.

A Diretoria de Controladoria é responsável pela integridade dos demonstrativos financeiros, incluindo a gestão de risco operacional das entidades que compõem o JPM. O gerente de Risco Operacional (ORM) tem a responsabilidade de coordenar a gestão do risco operacional em relação às diversas áreas de negócio e de suporte do JPM, englobando todas as linhas de negócio. Adicionalmente o gerente de risco operacional é responsável por identificar demandas de treinamento em relação às políticas de risco operacional

(c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

Gestão, políticas e procedimentos

A gestão de risco de liquidez no conglomerado J.P. Morgan define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos limites estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes limites operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local.

São responsabilidades desta unidade:

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;
- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano;
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:
 - gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles;
 - garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
 - mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
 - garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e
 - garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter as premissas e cenários para testes de liquidez adequados à realidade de mercado e dentro das normas corporativas bem como manter atualizado o plano de contingência.

O conglomerado J.P. Morgan envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos na Resolução 2.804 e na Circular 3.393. A partir de 01 de Janeiro de 2013, o conglomerado estará em concordância com as exigências estabelecidas na Resolução 4.090.

A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a alta participação dos ativos líquidos nos ativos totais (40,5%) e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo (147,7%). Durante o exercício de 2012, o J.P. Morgan manteve tal nível de liquidez no país garantindo o adequado controle de risco de liquidez para o perfil de Ativos e Passivos da instituição.

Segue relatório com os fluxos de caixa descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local:

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

R\$ milhões	Fluxos de caixa descontados (em 31/12/2012)					
	Dia 1	2 - 7	8 - 14	15 - 30	31 - 60	61 - 90 dias
Aplicações em Instituições Financeiras	4,858	75	699	3,799	16	-
Titulos e Valores Mobiliários	11,121	(20)	-	(3,500)	(16)	-
Cambio e Captacões Externas	(681)	(668)	5	59	232	255
Instrumentos Financeiros Derivativos	(58)	-	6	1	(53)	(3)
Operações de Crédito	-	1	8	121	12	-
Depósitos a Vista	(213)	-	5	6	5	41
Depósitos a Prazo	-	(15)	(764)	(300)	(427)	(29)
Fianças	(72)	3	-	-	5	-
Outros	-	(13)	(3)	(73)	(59)	-
Fluxos futuros descontados		(637)	(44)	113	(285)	264
Liquidez total disponível	14,955	14,318	14,274	14,387	14,102	14,366

Teste de Stress

O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez diariamente, utilizando preços e taxas providas pela Área de Risco de Mercado Global (Nova Iorque), e seguindo as exigências do Banco Central.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Plano de Contingência

O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse.

A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficácia do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do J.P. Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primárias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Risco, o Gerente de Crédito, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

(d) Risco de crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira destes mesmos clientes. Esta definição inclui todas operações nas quais a Instituição concede, ou se compromete a conceder, financiamento sob suas mais diversas formas, incluindo empréstimos, repasses, adiantamentos, compromisso de empréstimos, garantias, cartas de crédito e operações de derivativos (futuros, swaps, forwards e opções) nas quais o cliente pode vir a se tornar devedor.

As principais funções e respectivos processos de identificação e mensuração do risco de Crédito são:

- avaliação da capacidade dos clientes do JP Morgan Brasil de gerarem recursos suficientes através de suas atividades comerciais e conversão de seus ativos, visando a liquidação de suas obrigações operacionais e financeiras em seus devidos vencimentos e na forma como foram contratadas. Processos: análise de crédito individual, revisão anual e trimestral de crédito.
- atribuição de uma classificação de risco (*rating*) a nível de tomador e operação, que seja compatível com a situação econômico financeira de seus clientes e com a disponibilidade e liquidez das garantias apresentadas, se for o caso. Processos: aplicação das metodologias internas de ratings (FBI), revisão trimestral de ratings (*Tiering*), revisão mensal das provisões de crédito.
- aprovação de forma independente todos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitorar e gerenciar sua utilização de forma ativa e frequente. Processos: aplicação das alçadas de crédito globais, revisão mensal do portfólio de crédito; utilização do sistema de monitoramento diário de excessos potenciais (*OWL-overlimits monitoring*).
- monitoramento, avaliação e gerencia do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. Processos: revisão mensal do portfólio de crédito, revisão

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

trimestral de ratings (*Tiering*), processo de revisão trimestral de créditos problemáticos (*CSR*)

. participar das discussões e atribuições de provisões e reservas de capital adequadas ao nível de exposição e portfólio de crédito. Processo: revisão mensal das provisões de crédito

A autoridade para aprovar linhas de crédito cabe estritamente aos executivos de Crédito e obedece a uma hierarquia definida por uma política interna de crédito. As alçadas de aprovação são limitadas por níveis de autoridade os quais definem montantes e prazos máximos de acordo com a classificação de risco de cada cliente. A política corporativa de risco de crédito é aplicada a todas as área de gerenciamento de risco de crédito em todas as subsidiárias do grupo JPMorgan no mundo.

A exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

Risco de Contraparte

Valores Positivos Bruto

	2012
Derivativos e Câmbios	769.238
Compromissadas	13.659.640
TOTAL	14.428.878

Os valores positivos brutos de Derivativos e Câmbio representam o valor de marcação a mercado positiva não considerando “collateral” ou benefícios de “netting” de posições. Para as operações compromissadas com compromisso de recompra representa o valor de mercado das garantias e para operações com compromisso de revenda representa o valor do financeiro.

Valores Positivos Relativos a acordo de Compensação

	2012
Derivativos e Câmbios	528.543
Compromissadas	13.659.640
TOTAL	14.188.183

Valores das Garantias

	2012
Titulos Públicos (derivativos e operações compromissadas com compromisso de revenda)	11.695.034
Valor financeiro (operações compromissadas com compromisso de recompra)	2.274.526
Carta de Fiança emitida pelo JPMorgan Chase Bank NA	27.743
CDB emitidos Banco JPMorgan SA	17.499
TOTAL	14.014.802

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Risco de Crédito

	2012
Total das Exposições	1.452.001

Valores das Garantias

	2012
Ações	111.294
Cotas de Fundos	45.907
Conta caução (“Escrow Account”)	1.902
Títulos Público	4.192
TOTAL	163.295

Os valores de risco de Crédito representam o montante das operações de crédito e adiantamento a contratos de câmbio – ACC.

II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Modelos de Risco. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de *IB Quantitative Research* (QR) situada em Nova Iorque, com a qual a unidade local de QR possui uma ligação funcional.

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

Adicionalmente, toda operação onde a formalização contratual diferir da essência da operação, deve ser pré-aprovada. A área de *Valuation Control Group* (VCG) é responsável por fornecer as diretrizes para esses casos conforme tópicos abaixo:

Aprovação de modelo: é de responsabilidade do trader confirmar antes da operação que ela está dentro do escopo dos modelos. Em caso de dúvida tanto a área *IB Quantitative Research* (QR) quanto a *Model Governance Group* (MGG) podem ser consultadas. A operação direcionada para a área do MGG requerem a formalização da visão da área de MGG.

Formalização contratual diferente da essência: todas as operações devem ser aprovadas antes de serem contratadas. Em caso de dúvida quanto ao enquadramento de uma operação nessa categoria, cabe a área de QR confirmar ou não o enquadramento, juntamente com a área de VCG. Caso a área de VCG entenda que é um novo tipo de operação, esta será direcionada para a aprovação da área MGG, a qual tem o poder decisão nessas situações. É requerida documentação explicando o motivo do enquadramento da operação nessa categoria.

Exceção: caso o trader deseje efetuar uma operação após a confirmação que não há modelo aprovado para ela, o trader pode solicitar uma exceção, a qual deve ser aceita pelos heads do MRaD e do VCG para depois ter todos os seus impactos de valorização aprovados pelo *Valuation Governance Forum* (VGF). As exceções terão limites restritos e/ou resultado positivo diferido.

Consolidado J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Limites: o único processo de aprovação de modelos é o descrito acima.

Principais áreas envolvidas no processo

Quantitative Research (QR) - área específica de desenvolvimento de modelos e de autorização de operações caso estejam aprovados por MGG

Valuation Control Group (VCG) é responsável dar as diretrizes e a pré-aprovação nos casos em que a formalização do contrato seja diferente de sua essência:

Model Governance Group (MGG) – área responsável pela aprovação de modelos de precificação.

* * *

